

CAPÍTULO 3

UMA PAISAGEM DO CANGACEIRISMO: PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E TURISMO ARQUEOLÓGICO NA GROTA DO ANGICO, POÇO REDONDO-SE¹

Dalila de Souza Feitosa

Olivia Alexandre de Carvalho

Willian Carboni Viana

Introdução

O cangaço, sem sombra de dúvidas, é o acontecimento mais relevante da história do sertão nordestino, evidenciando um momento político delicado e único na história do Brasil. Assim, através do cangaceirismo, em 28 de julho de 1938, a Grotta de Angico ficou conhecida. O motivo foi a emboscada, por parte dos militares alagoanos, que terminou na morte do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva (Lampiao), da sua mulher Maria Gomes de Oliveira (Maria Bonita) e de mais nove cangaceiros, os mais famosos e temidos dentre os cangaceiros participantes do movimento.

Dessa forma, a Grotta carrega um simbolismo vivo, pois seu legado, além de histórico e cultural, pode contribuir como um vetor para o desenvolvimento do município de Poço Redondo, em Sergipe, sob égide da potencialidade do turismo arqueológico. Partindo dessa premissa, o objetivo deste escrito é apontar as possibilidades, os caminhos e os desafios para a preservação e valorização da paisagem cultural no sítio arqueológico Grotta do Angico, através da gestão do turismo arqueológico, que pode contribuir significativamente para a preservação da história do local, e da visão da arqueologia da paisagem, a qual pode obter ganhos significativos, envolvendo uma gama de processos, tanto relacionados à organização do espaço quanto à sua modificação em função, potencializando o entendimento dos locais em que os fatos aconteceram e contribuindo para sua valorização.

A valorização de um bem arqueológico é algo complexo. Valorizar pressupõe um sistema em que todos os integrantes sejam atores ativos e dinâmicos. Preservar e estabelecer parâmetros aceitáveis para um turismo arqueológico integrado e bem planejado também é algo complexo.

Os sítios Arqueológicos estão inseridos em paisagens. Estas paisagens culturais ultrapassam a concepção de uma entidade física intocada (passiva), assumindo que há uma relação inerente com a dinâmica cultural, compreendida como uma construção social do espaço (FAGUNDES, 2010; CRIADO BOADO, 1993).

Para se obter uma visão ampla de como preservar, valorizar e gerir uma paisagem cultural, exposta no sítio arqueológico, é preciso ter bases sólidas, atingíveis a partir de uma singularidade bem definida. Faz-se necessário, sobretudo, entender a paisagem como elemento da ação e percepção humana, e interpretar o seu significado a partir dos diferentes recursos que atuam em sua configuração (SOUSA, 2005).

TURISMO ARQUEOLÓGICO E PATRIMÓNIO

O turismo tem apresentado, nas últimas décadas, um crescimento considerável, o que se deve principalmente a um novo e mutável pensamento sobre o seu conceito. A necessidade de consumir e a incerteza da vida fazem dos seres humanos um fiel explorador de novos costumes e cultura. É nesse panorama que Pérez (2009) descreve que o turismo muitas vezes deixa de ser um diferencial de lazer e passa a ser produção e consumo de bens simbólicos com significação social; então, praticar turismo desenvolve as identidades sociais definidas pelo estatuto social dos seus intervenientes, tal como a posse de um bom carro significa integração social praticada através da sua experiência ritual, que também significa diferenciação social através do consumo (PÉREZ, 2009, p. 14).

Logo, o tempo que seria para o lazer se tornou o tempo de consumir aquilo que antes era prazer, para ser ocupado com atividades econômicas e de consumo. “O turismo é uma

produção e consumo de bens simbólicos com significações sociais. Fazer turismo é uma expressão das identidades sociais dos seus intervenientes” (PÉREZ, 2009, p. 14).

Corroborando com essa linha de pensamento, Oliveira e Vitte (2015) descreveram que o conceito de turismo já não está somente relacionado à atividade de lazer ligada ao ócio e à recreação, mas já é considerado uma atividade econômica importante e que tem o poder de transformar lugares interiores, gerando inúmeros empregos e garantindo o desenvolvimento. As autoras ainda ressaltam que o turismo modifica o cotidiano das comunidades nas quais ele é inserido, além de seus costumes, tradições e modo de agir e pensar.

Oliveira e Vitte (2015) descreveram que o turismo é um fenômeno econômico, cultural, social e comunicacional, envolvendo desde as relações concretas das sociedades às imaginárias. Costa (2012) ressaltou que o turismo como elemento de transformação econômica traz consigo dinâmicas intrínsecas da modernidade, associada à busca pelo novo, o chamado “vir a ser”, incidindo diretamente sobre a produção do espaço que é produzido pelo e para o consumo. O lugar é valorizado pelo turismo o qual se apropria dele para utilizá-lo como um produto de consumo que necessita ser percebido, de imediato, pelo olhar.

Desta forma, praticar turismo significa afirmarmo-nos como seres “modernos” através do uso de bens de consumo convertidos em signos e veículos de significação (PÉREZ, 2009, p. 15). O mesmo ainda apresenta os objetivos do turismo que implica em: Conhecer algumas tipologias do turismo e praticar turismo; compreender o turismo a partir das interações entre os atores sociais; estimular os leitores na procura de estratégias de conhecimento; refletir sobre a diversidade do fenômeno “turismo” e como a diversidade cultural permite a criação de diversos tipos de turismo.

Desse modo, o estudo do lazer e do turismo pela compreensão da importância na acumulação e da vinculação nas políticas financeiras, imobiliárias de urbanização e comércio é uma grande oportunidade para o entendimento do mundo e da sociedade contemporânea. O estudioso ainda descreve que, infelizmente, esse tipo de serviço apresenta um modelo econômico do tipo oligopolista, em que a competição tem como base não somente os preços, mas a qualidade do produto e a propaganda, gerando, assim, uma alta concentração de capital. Para uma melhor ambientação, é necessário entender que o setor de serviços emprega mais do que a indústria, no entanto os trabalhadores nesse setor recebem menores salários, sendo o lazer um dos que mais oferece oportunidade de trabalho.

Vale salientar que as corporações globais apresentam um crescente volume de bens e serviço com uso de trabalho decrescente, mas, no entanto, alguns locais ou setores desenvolvem outras formas de trabalho, garantindo uma maior absorção de trabalhadores (CARIOLANO, 2013).

Nessa perspectiva, o turismo local apresenta uma característica de atendimento das necessidades dos moradores de um determinado lugar, não só visando ao lucro. Esse modelo faz contraponto ao do desenvolvimento hegemônico e contraditório. Cariolano (2013) explica que esse modelo hegemônico de desenvolvimento está baseado na exploração dos territórios, tendo o turismo como um dos principais focos, tornando-o eficaz e eficiente no atendimento às necessidades do capital.

A relação entre o turismo e a preservação do patrimônio cultural surgiu a partir da década de 1967 com o desenvolvimento de documentos internacionais, como as

Normas de Quito e em 1976 com a Carta de Turismo Cultural, sendo que o primeiro trata sobre o modo de conservação e uso de monumentos e sítios de interesse arqueológicos, artístico e histórico, dando ênfase ao valor turístico do patrimônio cultural, descrevendo o patrimônio cultural como um instrumento para o desenvolvimento socioeconômico, através da inserção nos planos de desenvolvimento da nação, buscando demonstrar a relação direta entre o interesse da preservação e das atividades econômicas. Por sua vez, a Carta de Turismo Cultural ressalta a necessidade de um plano de políticas adequadas, de modo a garantir os efeitos adversos provocados pela exploração desgovernada desse bem, uma vez que o seu efeito é irreversível (SOUZA, 2012).

Nesse panorama, foi possível perceber a influência das diretrizes internacionais nas práticas de preservação do seu patrimônio cultural, sendo que nesse período, entre 1950 e 1960, o desenvolvimento industrial e o êxodo rural criaram novos desafios para nesse sentido para o país (Souza, 2012). Segundo Fonseca (1997), vendo a necessidade de reformular e reforçar a sua atuação, o SPHAN (que depois mudou para IPHAN) recorreu a UNESCO em meados da década de 1960.

Essa busca foi provocada pela necessidade de compatibilizar os interesses relacionados à proteção dos bens culturais baseando no modelo de desenvolvimento vigente, observando a valorização dos patrimônios culturais por seu interesse turístico, passando essa atividade a ser considerada como uma alternativa para gerar recursos para a proteção do próprio patrimônio cultural.

Com tudo isso, é relevante lembrar que na década de 1970 essas propostas foram efetivamente desenvolvidas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional),

com significativo destaque para o ano de 1973, período em que ocorreu a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas-PCH, sendo mais tarde substituído pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, com o objetivo de recuperar os monumentos históricos, a criação de infraestrutura e a promoção do patrimônio cultural como alternativa para o desenvolvimento socioeconômico das regiões.

De modo geral, em 2003 a criação do Ministério do Turismo resultou no principal marco histórico para o desenvolvimento, a nível federal, das políticas públicas para esse setor, porém somente em 2008, com a criação da Lei nº 11.771, notoriamente conhecida como Lei do Turismo, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo, foi estabelecido o conceito de desenvolvimento sustentável como uma diretriz para as políticas voltadas para o turismo no Brasil. Esse fato possibilitou uma ênfase no potencial dessa atividade para a conservação do patrimônio cultural (SOUZA, 2012).

Assim, a partir da década de 1960 é que ocorreram a estruturação e a normalização desse setor, com abrangência nacional, tendo como ênfase a conservação do patrimônio cultural e o seu interesse turístico, entretanto somente após a Lei do Turismo foram consolidados os conceitos de desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e da importância da conservação do patrimônio cultural voltado à atividade turística (SOUZA, 2012).

CANGACEIRISMO NO NORDESTE BRASILEIRO

Antes de tudo, é necessário destacar a região de atuação dos cangaceiros, tratando-se principalmente dos estados brasileiros do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco,

Alagoas, Sergipe e Bahia, na região definida como sertão. A definição de sertão no Brasil se trata de toda a zona interiorana alcançada ainda no século XVI, em seguida à chegada dos colonizadores, no momento em que fazendas agrícolas foram separadas das fazendas de gado, particularmente na Região Nordeste do Brasil, em que a produção agrícola começou a restringir-se à faixa costeira e a criação de gado estendia-se ao interior, notadamente, o Sertão tomado como uma das subáreas do nordeste. (AMADO, 1995; FILHO, 2011: p.85).

Tendo definido o recorte espacial, pode-se contar um pouco sobre a história deste fenômeno que ficou marcado na memória popular e na história recente do Brasil: o Cangaço. Enquanto alguns pesquisadores tratam do tema como uma forma de banditismo peculiar da região Nordeste do Brasil entre o final do séc. XIX e meados do séc. XX, outros defendem o movimento cangaceiro como um problema tipicamente social da região supracitada, a dizer que, à égide do pensamento moderno e sob a luz de critérios sociológicos, o cangaceiro assume a nomenclatura de “bandido social” (AZEVEDO, 1990: p. 72), com todas as aspas possíveis.

Deste modo, Camelo (2001) sugere que o surgimento destes grupos se associa a fatores políticos segregatícios, que emergiram juntamente com processo de colonização do Brasil, como as más divisões de terras propostas pela coroa portuguesa, através do Sistema Sesmarias. Nesse contexto, vale ressaltar que o Sistema Sesmeiro era, originalmente, a distribuição por parte da Monarquia portuguesa de terrenos abandonados às pessoas comprometidas a colonizá-lo, dentro de prazos pré-estabelecidos.

Outro aspecto estudado por muitos pesquisadores Cangaceiristas seria o espaço geográfico, já que as condições

naturais foram propícias para as atividades Cangaceiristas, por ser uma região seca com pouca produtividade agrícola devido ao seu solo castigado, o que pôde contribuir para as condições mínimas, como alimentação escassa naquele cenário, favorecendo o surgimento deste fenômeno (CAMELO, 2001).

O movimento Cangaceirista prevaleceu nas regiões das caatingas por se tratar de uma vegetação seca e de difícil acesso para aqueles que não conheciam, favorável para os que conheciam tão bem como os componentes desse movimento que tinham nascido e se criado nessa geografia (CHANDLER, 1980). Camelo (2001) diz que os cangaceiros em geral tinham um conhecimento aprimorado sobre a região da caatinga, utilizando-se praticamente o tempo todo do que a natureza poderia lhes ofertar. A volante teve que lidar com a geografia do sertão do Nordeste devido ao cangaceiro ter um conhecimento geograficamente aprofundado, por isso ele largava na frente.

LAMPIÃO, O CANGACEIRISMO E A PAISAGEM

Notadamente quando se fala do cangaço logo direcionamos o pensamento ao grupo de Virgulino Ferreira da Silva, “O Lampião”. Este pensamento é aceitável, pois o grupo de Lampião ficou bastante conhecido no Brasil por ter conquistado fronteiras geográficas do sertão nordestino, chegando a lugares que até então não haviam sido visitados por qualquer outro grupo do movimento do Cangaceirismo (CAMELO, 2001). Segundo Neto (2008), o líder deste grupo nasceu em uma fazenda chamada Passagem das Pedras, no Sópé da Serra Vermelha, sertão de Pernambuco, em 07 de julho de 1897. Era o terceiro de nove irmãos e tinha como principal função confeccionar artigos de couro para a fazenda.

A prática de fabricar suas próprias roupas era normal no Nordeste, pois o setor fabril era escasso naquela região.

Lampião entrou para o cangaço quando portava apenas dezenove anos de idade, em 1916, e o principal motivo tivera sido uma rixa com o vizinho José Saturnino por causa de um roubo de animais na propriedade de Lampião, o que anos mais tarde levou a perder seus parentes mais queridos, como seus pais, perda esta que o levou a se caracterizar como cangaceiro através da sua vestimenta com aba do chapéu virada para cima, lenços coloridos em volta do pescoço e cartucheiras em volta dos ombros sempre bem armados (CHANDLER, 1980).

Segundo o próprio Lampião, quando era questionado sobre o porquê da sua entrada para o movimento, dizia que era por causa da morte do seu pai, um homem calmo e de bom caráter. Depois deste episódio passou a não se vestir apenas como um cangaceiro, mas a praticar as atividades de violência pelos estados do Nordeste (CAMELO, 2001).

Segundo Costa (2011), a chegada de Lampião às terras sergipanas foi uma estratégia arquitetada por ele na tentativa de fugir da polícia baiana, pois um ano antes de sua chegada a Sergipe, Lampião saiu de Pernambuco em uma pequena embarcação pelo rio São Francisco, na intenção de se esconder nas caatingas do Rasão da Catarina, no estado da Bahia. Chegando à Bahia, Lampião passou alguns meses sem cometer crimes, mas em dezembro de 1928 praticou alguns, que o levaram a esquematizar um plano de fuga pelas terras sergipanas atravessando o riacho Xingozinho que ficava próximo a uma vegetação de caatinga fechada. Nesse sentido, seria difícil a polícia baiana encontrá-lo (Góis, 1966; Costa, 2011).

Em terras Sergipanas logo saiu com seus homens para a cidade de Poço Redondo (GÓIS, 1966), cidade que anos mais

tarde seria o local de sua morte. Ao que consta no livro de Chandler (1980), Sergipe foi um bom lugar de descanso para Lampião até próximo a sua morte, em Angicos, por se tratar de um estado em que o cangaceiro tinha amizades influentes na política local e uma paisagem natural bastante propícia para seus feitos. Um lugar em Sergipe que para Lampião era bastante hostil e seguro era a fazenda Angicos, porém em um acampamento que fizera na fazenda em 28 de julho de 1938 com finalidade de encontrar-se com dois grupos que operavam sob seu comando Lampião, sua mulher Maria Bonita e mais nove cangaceiros foram vitimados pela polícia alagoana (CHANDLER, 1980).

MÉTODOS E MATERIAIS

O presente trabalho foi realizado como uma pesquisa bibliográfica e exploratória de modo qualitativo, baseada na relação entre o que existe na literatura sobre a história do cangaço e o que alguns dos principais participantes da história local sabe e passa aos visitantes da história de Lampião e Maria Bonita. Para esta atividade, foram utilizados os espaços destinados à pesquisa da Universidade Federal de Sergipe - UFS, a saber, a biblioteca BICEN. Os trabalhos de gabinete ocorreram entre a data de 25.07.2016 e 22.09.2016, sendo utilizada a sala do laboratório e a biblioteca da Universidade Federal de Sergipe para a pesquisa bibliográfica.

No dia 07 de agosto de 2016, também foi realizada uma pesquisa de campo para registrar fotograficamente, coletar informações e perceber as dificuldades e possibilidades do local, a começar pelos acessos e terminar no local (Grotas do Angico-SE) onde Lampião (Virgulino Ferreira da Silva), Maria Bonita (Maria Gomes de Oliveira) e seu bando foram

emboscados. Durante a saída a campo, foram entrevistados, de maneira não estruturada, guias e moradores locais.

Participaram da entrevista os senhores Robson Pereira, vendedor, 25 anos, e natural de Tabira - PE, Ezequiel de Sousa, vidraceiro, 36 anos, e natural de Aracaju - SE, James Cardozo, guia turístico, 30 anos, e natural de Nossa Senhora da Glória - SE, e a agente de turismo Simone de Souza dos Santos, 35 anos, e natural de Piranhas-AL, no museu do cangaço em Piranhas-AL. Todas as conversas foram registradas sob consentimento dos entrevistados.

A paisagem física da Grotas do Angico é composta pelo bioma Caatinga, vegetação típica dos sertões nordestinos, com duas variações: a caatinga hipoxerófila, que é caracterizada por ocupar solos profundos que cobrem rochas sedimentares, como areníticas e calcárias, em relevo predominantemente plano formadas, em maioria, por árvores de pequeno a médio porte (NASSIF, 2011), e a caatinga hiperxerófila, que ocupa, geralmente, solos rasos que cobrem o embasamento cristalino, como os granitos. Por este motivo, a Caatinga hiperxerófila apresenta atributos mais secos, abundantemente cactáceas, por exemplo, xiquexique e favela (NASSIF, 2011).

Em termos geológicos, no município de Poço Redondo, pode-se distinguir dois domínios hidrogeológicos: Cristalino e Metassedimentos/ Metavulcanitos - o primeiro ocupando aproximadamente 80% do território municipal, os Metassedimentos/ Metavulcanitos e o Cristalino, que têm comportamento de “aquífero fissural”

No que se refere a clima, está inserida no polígono das secas, com um clima Megatérmico semiárido. A temperatura média anual deste clima é de 25,5 °C e sua precipitação pluviométrica é de, aproximadamente, 605,2 mm. O período chuvoso é de março a julho. (SEPLANTEC, 1997; 2000).

RESULTADOS

Através do levantamento de campo e das entrevistas, obteve-se uma lista de apontamentos, que demonstra os principais problemas/ e traves, os quais deveriam ser levados em conta pelos órgãos gestores, essencialmente. Nestes termos, destacam-se os elementos abaixo:

- A presença de desmatamento nas áreas próximas a Grotta do Angico;
- Deficientes serviços de segurança pública aos finais de semana e feriados
- Ausência de transporte turístico regular e de sinalização turística nas vias de acesso a Grotta do Angico;
- Inexistência no controle e monitoramento de serviços turísticos;
- Inexistência de dados estatísticos sobre os visitantes;
- Baixo nível de capitalização dos comerciantes;
- Ausência de serviços de corpo de bombeiros (salva vidas) aos finais de semana;
- Baixa oferta de estacionamento para veículos e ônibus de visitantes;
- Apatia por uma parcela da comunidade residente sobre a atividade turística;
- Baixa integração entre os distintos atores relacionados com a atividade turística;
- Deficiência na prestação de serviços de transporte público adequado;

Uma vez estabelecidos os problemas que identificam a situação da atividade turística da Grotta do Angico – SE, faz-se necessário procurar levantar e identificar também as oportunidades e possíveis soluções, no intuito de agregar

tanto os problemas gerais como turísticos. As ações a serem desenvolvidas figuram em várias frentes, tais como a cultura turística, cultura ambiental, organização territorial, infraestrutura comunitária e turística.

Nesse contexto, é interessante ressaltar os dados que mostram que, enquanto a cidade de Poço Redondo – SE não recebe verba do governo, a qual possa ser investida no turismo, na cidade de Piranhas – AL, em um levantamento dos repasses da secretaria de estado da infraestrutura (SEINFRA), é possível afirmar que no ano de 2011 até o ano de 2012 foram investidos R\$ 521.953,89, dos quais somente R\$ 12.384,14 foram da prefeitura, sendo o restante da SEINFRA, mas a previsão é de que até 31-12-2016 o Governo Federal repasse para a cidade de Piranhas-AL R\$19.084.432,44. Com esse valor destinado ao turismo como tal, é possível entender a diferença do que significa a busca por melhor qualidade de vida e uma gestão eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, os grupos do cangaço não somente habitaram a região do Sertão Nordeste, como também fizeram parte da paisagem desta zona. Segundo Camelo (2001), foi exatamente a configuração de relevo dos tipos variados de formações vegetais e do clima semiárido, acompanhado de um sol escaldante, que juntos deram o caldeamento das criações imaginárias daquela gente sertaneja.

Sua importância não se deve apenas ao valor histórico e cultural, mas também à sua riqueza biológica. A região foi alvo da rota do Cangaço e cenário da morte do maior ícone deste movimento, Virgulino Ferreira, o Lampião, além de sua companheira, Maria Bonita, e outros nove cangaceiros, em 28 de julho de 1938, pela polícia volante de Alagoas. (Fernandes, 2012).

Nesse contexto, faz-se imprescindível a criação de um grupo de articulação e representação dos distintos atores envolvidos no turismo local (comunidade, empresários e setor público) para elaborar, apresentar e analisar propostas, fechar acordos, desenvolver e monitorar ações de melhoria da atividade turística, na preservação deste rico Patrimônio Cultural, arraigado no Nordeste brasileiro. Nesse contexto, é imprescindível a medida de algumas ações mais paliativas as quais vão contribuir de modo direto no desenvolvimento local, seja por aumentar a procura dos turistas, ou por mais incentivos fiscais por intermédio do governo, tendo em vista a grande oportunidade de desenvolvimento local, sendo esses pontos:

- Ampliar o programa de resgate arqueológico à beira do Rio São Francisco, de modo que seja possível a obtenção de novos objetos de exposição;
- Promover convênios e acordos com universidades, instituições, órgãos públicos, privados e ONG's de apoio ao desenvolvimento da atividade turística para que seja obtido o máximo possível do espaço disponível;
- Criar e estabelecer calendário de eventos diferenciados visando à promoção e captação de visitantes desejados em diversos períodos dos anos, mantendo sempre o mercado com crescimento contínuo;
- Criar condições de participação dos envolvidos na área, no conhecimento, execução, monitoramento e avaliação das ações constantes neste plano para que todos possam perceber a importância dos seus papéis como agentes de crescimento da sua sociedade;
- Identificar com clareza o atual estágio do ciclo de vida do destino e suas implicações como taxa de desenvolvimento, acesso, diretrizes governamentais, tendências de mercado e destinos concorrentes;

- Facilitar os meios de comunicação com os turistas, residentes, empresários e poder público para acatamento de sugestões e críticas que visem à melhoria do destino;
- Orientar ações de marketing que visem fixar a imagem do destino pretendida bem como captação de visitantes conforme perfil desejado;
- Estabelecer parcerias para implantação de ações de produção artesanal na área de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida da população;
- Instituir parcerias com os programas de capacitação em atendimento turístico, gastronomia local e fortalecimento de organização comunitária para que seja possível oferecer um cardápio típico mais de qualidade aos turistas;
- Estabelecer parceria com instituições e programas de fomento à diversificação de negócios turísticos para que seja possível garantir o máximo de desenvolvimento da região;
- Criar sistema de indicadores e monitoramento da atividade turística na área para que seja possível garantir o desenvolvimento sustentável;
- Elaborar material de conscientização turística específico para os visitantes e residentes em parceria com a iniciativa privada para que o desenvolvimento turístico não provoque a deterioração do patrimônio cultural da cidade;

As soluções encontradas são muitas, entretanto concretizá-las é extremamente complicado, envolvendo aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais e, principalmente o econômico, visto que a comunidade não dispõe de capitais, fato este que evidencia a dependência da parceria entre órgãos públicos, instituições privadas e a própria comunidade.

Há um imprescindível trabalho de educação patrimonial a ser feito. A população deve ser informada, mas também inquirida, isto é, deve-lhes ser perguntado se o sítio tem valor para eles. Se

sim, então eles de bom grado assumirão responsabilidades para com o seu patrimônio. Ou seja, devemos retirar o papel de agente passivo que sempre colocamos nas comunidades e torná-las um membro ativo de todo o processo de preservação e valorização que vai ocorrer. Sabe-se que naturalmente a população carece dos meios técnicos necessários para a manutenção. Nesse sentido, entram os municípios que devem assumir a responsabilidade de cuidar do seu patrimônio coletivo.

Para que isso aconteça, o plano de preservação e valorização deve ser o mais rigoroso possível e integrado com outras disciplinas intervenientes no processo. Essa experiência a que alude Jorge (2003) é o que todo plano de preservação e valorização deseja. Que o visitante tenha uma imersão temporal durante a visita e que após ela já não seja o mesmo, pelo valor da experiência que o transformou. Sugere-se, ao final, a ampliação deste estudo, pois este representa uma pequena aproximação, unindo o turismo arqueológico à Grotta de Angico. Esta pesquisa tratou de um tema de extrema importância, pois aqui se considerou o dado arqueológico como um dado a priori.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomes da; e BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe**. Diagnóstico do Município de Poço Redondo. Aracaju: CPRM, 2002.

CARDOSO, Diogo da Silva; CURA, Sara; VIANA, Willian Carboni; QUEIROZ, Luiz Antonio Pacheco de; COSTA, Maria Clara Rocha da. **Espacialidade e Ressonâncias do Patrimônio Cultural: reflexões sobre identidade e pertença na Pós-Modernidade**. Submetido à Revista de Gestão e Ordenamento do Território - GOT, em 2016 (em avaliação).

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião o rei dos cangaceiros**/ Billy Jaynes Chandler, tradução de Sarita Linhares Barsted-Rio de Janeiro: Paz e terra.

CAMELO, Filho José Vieira. **Lampião o Sertão e sua gente**, Campo Grande, MS: Ed, Ufms, 2001.

CURA, Sara; CARDOSO, Diogo da Silva; QUEIROZ, Luiz Antonio Pacheco; VIANA, Willian Carboni. **Algumas reflexões sobre a preservação e valorização do patrimônio arqueológico**. Goiás: Revista Habitus Vol. 15, n. 1., em avaliação por pares em 2017.

CORIOLO, L. N. (2013). **LAZER E TURISMOS PARA O DESENVOLVIMENTO NA ESCALA HUMANA**. Revista Lusófona de Estudos Culturais, 1(2), 125-141. doi:ISSN 2183-0886

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHN, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p. p.92-123.

COSTA, Alcino Alves. **Lampião de Sergipe**, Ed. Diário oficial, Aracaju, 2011. Costa, C. R. (2012). **Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo**. Geografia em Questão, 05(1), 147-162. doi:ISSN 2178-0234.

FAGUNDES, M. **Entendendo a dinâmica cultural em Xingó na perspectiva inter sítios: indústrias líticas e os lugares persistentes no baixo vale do rio São Francisco, Nordeste do Brasil**. Arqueologia IberoAmericana , 3-23. 2010

FERNANDES, João Luís. **Paisagem cultural: de um espaço de reterritorialização a um recurso turístico**. The Overarching Issues of the European Space. Ed. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2013, p. 269-285.

FUNARI, Pedro Paulo. A. **Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica.** Dossiê Arqueologias Brasileiras, v. 6, n. 13, p. 2004-2005, 2006.

GÓIS. Joaquim, Lampião, o último cangaceiro. Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1966.

JORGE, Vitor Oliveira. **A Irrequietude das Pedras: reflexões e experiências de um arqueólogo.** Porto: Edições Afrontamento, 2003a.

NASSIF, Luís. **A Riqueza do Bioma Caatinga.** Blog Jornal GGN, 2011. Disponível em: < <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-riqueza-do-bioma-caatinga>>. Acesso em: 28 de ago. de 2016.

NETO, Cicinato Ferreira. **A misteriosa vida de Lampião, Fortaleza;** Premium, 2008. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea - Ministério de Minas e Energia, Bahia. Diagnóstico do Município de Ichu. Outubro de 2005

OLIVEIRA, M. R., & VITTE, C. d. ANPPAS. Disponível em:< http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/melissa.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2016

_____. **Olhar o Mundo como arqueólogo.** In: *Colecção Caminhos*, n. 5, Coimbra: Quarteto, 2003b.

PEREIRO PÉREZ, X. **Turismo Cultural: leituras da Antropologia.** Comunicação apresentada ao congresso internacional de Turismo Cultural, organizado por Naya (Notícias de Antropologia e Arqueologia). Argentina. 2005. Disponível em: Acessado em 10 de março de 2009.

SEINFRA – **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA,** CONVÊNIO Nº 002288. Disponível em: http://transparencia.al.gov.br/convenio/convenio_detalhado/002288/ acesso em 05-09-2016.

SERGIPE. **Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia SEPLANTEC.** Superintendência de Estudos e Pesquisas-SUPES. Informes Municipais: Aracaju, 2000. 75v

SOUSA, ANA CRISTINA, **Arqueologia da Paisagem e a Potencialidade Interpretativa dos Espaços Sociais.** Revista Habitus, Goiania, v.3,n.2,p.291300,jul/dez.2005

SOUZA, C. G. (2012). **O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio**

69 Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TELLER J. et WARNOTTE A., 2003. **La mise en valeur des vestiges archéologiques en milieu urbain.** APPEAR Contribution, 1, Bruxelles, [http://www.in-situ.be/contrib_1_fr.pdf], (22/06/2013).

UCKO, Peter John; LAYTON, Robert Hugh.(Org.) **The Archaeology and Anthropology of Landscape: Shaping your Landscape.** London, Routledge.1999.